Nº 121 JUNHO/2013

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A operação de pinça

Aécio Neves: um perigo para o Brasil

Eduardo Campos: queimando navios

Leia também nesta edição:

EDITORIAL

O Partido dos Trabalhadores têm três grandes objetivos eleitorais em 2014: reeleger Dilma em condições dela fazer um segundo mandato superior ao primeiro; reeleger governadores onde somos governo e eleger novos; ampliar nossas bancadas parlamentares.

No que toca a disputa presidencial, o cenário atual é de quatro candidaturas fundamentais (Dilma, Aécio, Eduardo, Marina).

O histórico indica uma difícil disputa de segundo turno, que pode ser mais complicada se a situação econômica for pior que a atual e/ou se tivermos um ex-aliado polarizando contra nós.

A este respeito, ler matérias deste *Página 13* acerca das candidaturas Aécio e Eduardo, bem como o artigo de Wladimir Pomar sobre certos sinais preocupantes da conjuntura..

Em qualquer cenário, para vencer a batalha eleitoral de 2014 será preciso enfrentar a batalha econômica (principalmente mantendo os níveis atuais de emprego e salário) e ganhar a batalha política (mantendo o PT e governo sintonizados com o projeto de futuro da maioria do povo brasileiro, derrotando a tese de que chegou a hora de um "novo tempo" para a oposição).

Também em qualquer cenário, será preciso fazer convergir o objetivo de "ganhar 2014" com o objetivo de "ganhar 2014 em condições de fazer um segundo mandato melhor". E, igualmente, fazer convergir o objetivo de ganhar a presidência com o objetivo de ganhar governos estaduais e ampliar bancadas.

A este respeito, ter o PMDB e o PSD como "aliados principais" constitui um obstáculo para um segundo mandato melhor e pode constituir um obstáculo para a ampliação de nossas bancadas e governos estaduais. Por outro lado, não tê-los como aliados nacionais pode dificultar o desempenho eleitoral.

A resposta para esta contradição deve ser buscada fora da tática eleitoral, no sentido estrito da palavra. Precisamos de mais força político-social para viabilizar nosso programa, de mais luta ideológico-cultural, da recomposição do bloco histórico em favor das reformas estruturais e de um novo funcionamento do Partido dos Trabalhadores.

O centro do problema é que estamos num novo período, que exige uma nova estratégia, que implica em mais luta ideológica e social, mais reformas estruturais, mais conflito com grande capital.

Estes temas, e seus reflexos na disputa política nacional e no PED são abordados nesta edição 121 do jornal *Página 13*. ★

TENDÊNCIA

11ª Jornada Nacional de Formação Política da AE

Licio Lobo*

Continuam abertas as inscrições para a 11ª Jornada Nacional de Formação Política da AE, que será realizada na cidade de Teresina (Piauí), no período de 13 a 21 de julho de 2013.

Todas as informações necessárias à inscrição podem ser encontradas no sitio do jornal *Página 13* (www.pagina13.org.br), bem como as orientações para pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 300,00, referentes ao material, hospedagem e alimentação durante todo o período da jornada.

Para os integrantes da Juventude da Articulação de Esquerda (JAE), a taxa de inscrição é de R$ 150,00. Nesta 11ª edição da jornada serão oferecidas as seguintes opções de cursos:

Curso 1: Estudo das Resoluções da AE

Curso 2: Lutas de Massas e Estratégia Socialista, com as seguintes opções temáticas:
2A – Mulheres
2B – Juventude
2C – Sindical

Curso 3: Planejamento e propaganda política e ideológica.

As grades completas estão disponíveis no sitio do *Página 13.*

O local onde será realizada a 11ª Jornada de Formação da AE é o Centro de Lazer e Formação dos Comerciários (Clube dos Comerciários), na zona rural de Teresina, na Estrada da Cacimba Velha s/nº.

Haverá um sistema de traslado para levar os cursistas até o local da jornada, com ponto de concentração no Sindicato dos Comerciários de Teresina (que fica no centro: Rua David Caldas, 536).

Oportunamente publicaremos informações mais detalhadas sobre o traslado no sitio do *Página 13*.

Importante agora que as direções estaduais, municipais e setoriais (mulheres, juventude, sindical) se empenhem para viabilizar a ida do maior número possível de cursistas ao Piaui, em julho. ★

---

* **Licio Lobo** é integrante da DNAE e responsável pela Escola de Quadros da AE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Adriana Miranda e Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)
Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Ruídos estranhos

*Wladimir Pomar**

Acontecimentos recentes me fizeram retornar a décadas atrás. Naquela ocasião, uma parte da esquerda brasileira culpou os que denunciavam a preparação de um golpe militar como responsáveis por terem levado os militares, com o apoio de forças reacionárias e conservadoras civis, a desencadeá-lo. Argumentavam que o golpe militar de primeiro de abril de 1964 fora uma reação às ameaças de luta armada de uma parte da esquerda. E que, se tal parcela da esquerda não houvesse organizado grupos armados, urbanos e rurais, para combater o regime ditatorial militar, este não teria cometido tantos assassinatos e tantos desaparecimentos de opositores, inclusive daqueles que pregavam uma resistência pacífica e/ou passiva.

Muitos dos que viveram a luta pela anistia política dos anos 1970, viveram também esse tipo de acusação, nem sempre surda, de que a responsabilidade pelas mortes dos que defendiam a resistência pacífica deveria recair sobre os que pegaram em armas. Pareciam desconhecer não só a tradição histórica brasileira de esmagamento brutal de todas as lutas democráticas e populares que emergiram, pelo menos desde a primeira metade do século 19, no processo de evolução do Brasil como nação.

Parecem não haver entendido que o golpe militar de 1964 foi a coroação da tentativa armada frustrada de impedir a posse de João Goulart, em 1961. Já então as forças conservadoras queriam barrar o aumento da pressão popular por maior controle sobre os investimentos estrangeiros, pela reforma agrária e por maior participação popular na emergente democracia brasileira. Apesar disso, naquele tempo, predominava na maior parte da esquerda, assim como no conjunto dos movimentos sociais, a ilusão democrática de que as forças sociais e políticas entreguistas, reacionárias e conservadoras seriam incapazes de tentar algo contra o regime democrático.

Os que denunciavam os sinais estranhos de movimentos conspiradores nas forças armadas, em articulação com grande parte do empresariado e com a embaixada dos Estados Unidos e com a CIA, para a realização de um golpe de Estado, e supunham necessário realizar uma resistência de massa, combinada com uma resistência armada, no estilo de 1961, eram minoria. Afinal, em 1961, se chegara a uma solução negociada, sem necessidade nem mesmo de punir os que haviam tentado impedir militarmente o cumprimento da Constituição. Por que acreditar, então, que não seria possível resolver as contradições através do mesmo caminho?

Essa ilusão democrática foi fatal em 1964. As mesmas forças que tentaram o golpe de 1961 haviam se rearticulado. Não só se organizaram de forma mais consistente no meio militar, como montaram provocações de diferentes tipos, e instilaram o medo do comunismo entre a classe média e parte das camadas populares religiosas, mobilizando-as para marchas por Deus e pela família. E, quando desencadearam o golpe, não encontraram qualquer resistência séria.

A derrota da democracia foi acachapante, a tal ponto que grande parte das forças que até então viviam aquela ilusão, numa reação desesperada, se dispersaram em inúmeras organizações armadas. O resto está sendo levantado com mais minúcias pela Comissão da Verdade.

E foi justamente a arrogância do coronel Ustra diante dessa Comissão, ao considerar as instalações do DOI-CODI como área de guerra, para definir como mortos em combate todos os que lá foram assassinados, que me fez ouvir os mesmos ruídos estranhos de 1961 a 1964, e me trouxe outra vez à mente o perigo da ilusão democrática. Ruídos que aumentaram com a solidariedade pública, àquele notório torturador, de generais que até a pouco ocupavam postos de comando. E que não tiveram qualquer pejo em declarar que a oficialidade das forças armadas considera a Comissão da Verdade um ato revanchista contra os militares que salvaram o Brasil do terrorismo.

Por fim, não menos tenebroso do que isso, a notícia de que a Bolsa Família teria terminado levou pânico à grande parte da população pobre. Numa imitação da transmissão radiofônica de Orson Welles sobre a invasão de seres extraterrestres, alguns criminosos difundiram aquele boato via Internet e tiveram sucesso.

Se avaliarmos com mais atenção esses acontecimentos, ou ruídos, que aparentemente estão desconectados, poderemos chegar à conclusão de que o governo não está preparado para tais situações de risco. Em outras palavras, a ilusão democrática ainda parece estar entranhada em muitas mentes, desconsiderando que as diferenças de interesses em jogo no atual momento brasileiro são profundas e podem gerar reações conservadoras e destrutivas, como no passado.

É possível que, como antes, essa ilusão democrática considere que tais reações são inerentes à democracia. De minha parte, lambendo as feridas daquele passado, as tomo como atentados e crimes contra a o sistema democrático. E que, como tais, devem ser levadas a sério e tratadas como tal.★

***Wladimir Pomar** é colaborador da Fundação Perseu Abramo

OMC: aonde nos levará essa vitória?

*Igor Fuser**

Eleição de Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi uma vitória da atual política externa brasileira

Para o bem e (pode-se temer) para o mal, a eleição de Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi uma vitória da atual política externa brasileira. Os tucanos, a mídia de direita e o Partido dos Diplomatas Aposentados torciam abertamente pelo candidato mexicano, um notório serviçal dos Estados Unidos. Para ter uma ideia da decepção desses setores antibrasileiros, basta lembrar que no próprio dia da escolha de Azevêdo, quando as avaliações disponíveis já sinalizavam o resultado, a *Folha de S. Paulo* comemorava adesões de última hora ao candidato rival com a seguinte manchete: "Brasil sofre revés na disputa por órgão global de comércio".

No contexto da corrida para as eleições de 2014 no Brasil, a proeza do Itamaraty na OMC desmonta uma das peças do arsenal retórico da oposição, sempre empenhada em apresentar a diplomacia dos governos Lula e Dilma como uma política desastrosa que provocou o isolamento do país no cenário mundial. Ao contrário disso, a vitória de Azevêdo atesta o prestígio do Brasil junto aos países pobres e em desenvolvimento, que votaram maciçamente no nosso compatriota. Tal como na eleição, em 2012, de José Graziano da Silva para o comando da FAO (a agência das Nações Unidas para a agricultura e os alimentos), o governo brasileiro colhe os frutos da ênfase concedida às relações Sul-Sul. O resultado é também fruto de um esforço de construção de alianças que começou na reunião da OMC em Cancún (2003), quando o Brasil liderou a formação do "G-20 comercial", agrupando os principais países em desenvolvimento com interesses na agricultura. É natural, pois, que a eleição de Azevêdo seja unanimemente apontada como um sinal da força política dos Brics e das nações emergentes em geral.

Apesar de tudo isso, a (boa) notícia traz consigo um conjunto de ressalvas e preocupações que precisam ser assinaladas por quem encara a questão do comércio internacional na perspectiva da maioria da humanidade. A OMC foi criada, em 1995, com o objetivo de promover o chamado "livre comércio", um dos pilares da globalização neoliberal. Sua atuação têm como foco a redução de tarifas e a remoção de subsídios como um meio de aplainar o caminho para o pleno funcionamento das leis do mercado capitalista. Em um ponto de vista oposto, os movimentos sociais e a verdadeira esquerda lutam **contra** a liberalização do comércio. Fazem isso com base no entendimento de que, num mundo desigual, a eliminação indiscriminada das políticas públicas de defesa dos mercados e dos produtores nacionais só favorece os atores mais poderosos do Norte desenvolvido – o capital financeiro, os oligopólios industriais e o agronegócio.

A primeira rodada das negociações globais de liberalização comercial, entre 1983 e 1994, teve um resultado claramente desfavorável para os países da Ásia, África e América Latina. Eles abriram seus mercados aos produtos manufaturados do Norte sem que esses, em contrapartida, renunciassem às políticas protecionistas que bloqueiam as exportações do Sul, principalmente de produtos agrícolas. De quebra, as potências imperialistas conseguiram impor ao resto do planeta regras de proteção à propriedade intelectual que transferem anualmente bilhões de dólares como pagamento de *royalties* e patentes, em benefício das empresas transnacionais, além de agravarem as condições de saúde nos países periféricos por conta do alto preço dos medicamentos. Essa foi a Rodada Uruguai, na qual também se decidiu a criação da OMC.

A intenção de corrigir os resultados injustos da Rodada Uruguai levou os países em desenvolvimento a apoiarem a atual rodada de negociações comerciais, inaugurada em Doha, em 2001. Eles reivindicam, sobretudo, o fim das barreiras tarifárias e não-tarifárias e da montanha de subsídios que tornam os mercados do Norte impenetráveis aos produtos agrícolas do Sul. No entanto, os países ricos exigem, como condição para qualquer concessão em tópicos do interesse das nações em desenvolvimento, doses ainda maiores de abertura dos seus mercados em áreas onde as economias do Norte são mais competitivas, em especial a dos manufaturados. A isso se somam as pressões por normas mais severas de proteção à propriedade intelectual e um pacote de medidas que, na prática, impede a ação do Estado em favor do desenvolvimento industrial. Políticas adotadas no Brasil a partir do governo Lula, como o financiamento público a empresas instaladas no país e as regras de "conteúdo nacional" nas compras do governo e das estatais, ficariam proibidas no mundo todo, cabendo à OMC zelar pelo cumprimento dessas regras. Tudo isso, em nome da proteção aos investimentos, o novo mantra do discurso neoliberal. A resistência das nações do Sul a essas propostas regressivas levou a Rodada Doha à situação agonizante em que se encontra desde a reunião de Hong Kong, em 2005. As divergências – é importante assinalar – ultrapassam o plano industrial, envolvendo também a reivindicação de países periféricos e emergentes em inserir "salvaguardas" nos eventuais acordos a fim de proteger sua própria produção de alimentos.

Azevêdo foi eleito com a difícil missão de desbloquear a Rodada Doha, tarefa a que a diplomacia brasileira tem se dedicado intensamente nos últimos sete anos, em vão. A questão é: a que preço? Nesse ponto, a política externa do Itamaraty põe à mostra suas ambiguidades e contradições. Ao mesmo tempo que o Brasil adota uma postura progressista de defesa do multilateralismo e da correção das assimetrias de poder e de riqueza, sua diplomacia comercial se mantém sob o domínio quase exclusivo do agronegó-

cio. Em uma atitude de evidente favoritismo, confundem-se os interesses dos exportadores agropecuários com os interesses nacionais, sempre sob a desculpa de que esse setor responde pela maior parcela dos ganhos na balança comercial. Essa distorção, que garante aos grandes empresários rurais uma influência na diplomacia brasileira desproporcional ao seu peso efetivo na sociedade, se manteve na passagem do neoliberalismo de FHC para o atual modelo neodesenvolvimentista, e não há sinais de mudança em futuro previsível.

Já na reunião da OMC em Hong Kong, em 2006, última tentativa de resolver o impasse que paralisa as negociações comerciais, o Brasil se afastou dos seus parceiros no G-20 para propor uma barganha que consistia em abrir mão de pontos fundamentais de política industrial e das salvaguardas para os alimentos em troca de maior acesso das exportações do agronegócio brasileiro aos mercados do Primeiro Mundo. Graças à oposição de outros países em desenvolvimento, como China, Índia e Argentina, a indecorosa proposta do Itamaraty não foi adiante. O que na mídia e no discurso oficial pareceu uma "derrota" – a paralisação das negociações – representou na realidade uma vitória para os países emergentes e periféricos, e também para os movimentos sociais que, no Brasil e no mundo inteiro, defendem a soberania alimentar e as políticas autônomas de desenvolvimento, longe da interferência da OMC. O risco, agora, é que a situação se inverta e, paradoxalmente, a presença de um brasileiro na direção da OMC venha adicionar o elemento que faltava à pressão sobre os governos do Sul para a adoção das propostas neoliberais da Rodada Doha. O próprio governo de Dilma poderia se inclinar nesse sentido, na medida em que o sucesso ou fracasso de Azevêdo no esforço de "destravar" a agenda comercial da OMC seja associado à avaliação da política externa brasileira daqui por diante. Num cenário de aliança do governo brasileiro com o agronegócio que inclui a senadora Kátia Abreu, do PSD, como integrante da "base aliada" no Congresso, tudo se pode esperar.

A situação é complexa, inclusive porque os EUA e seus aliados têm respondido ao bloqueio das negociações da OMC com a estratégia de firmar tratados de comércio bilaterais ou plurilaterais, como a Parceria Trans-Pacífica e, aqui na nossa vizinhança, o famigerado Acordo do Pacífico, o anti-Mercosul. Evidentemente, só têm acesso a esses acordos os países que aceitam aprofundar ainda mais a liberalização dos seus mercados. O passo seguinte será "a pressão para incorporar os termos desses acordos na OMC, esvaziando de certa forma a instituição com sede em Genebra como espaço importante de negociação multilateral", conforme explicou, em entrevista, o diretor técnico do Dieese, Adhemar Mineiro, em 16 de janeiro de 2013 (citado por Diana Aguiar na página virtual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - Rebrip). O Império não brinca em serviço.

Mesmo nessas condições difíceis, ainda existe espaço para o Brasil aproveitar seu imenso prestígio internacional e a crise das economias capitalistas centrais para construir, em conjunto com os demais países em desenvolvimento e com atores não-governamentais comprometidos com a luta por um mundo mais justo, uma agenda pós-neoliberal para o comércio. É possível retomar a integração regional com um enfoque de desenvolvimento compartilhado em lugar do livre-cambismo. Mas nada disso parece fazer parte dos planos de Brasília e, como tem sido lembrado, Azevêdo foi escolhido para trabalhar pelos objetivos da OMC, e de mais ninguém. ★

***Igor Fuser** é professor de relações internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC)

Reciclagem pela direita

A vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo e ex-secretária de Relações Internacionais do PT, Iole Iliada, comenta a criação da "Aliança Progressista", fundada no final de maio por alguns partidos social-democratas europeus. "Nessa crise, é compreensível que algumas forças social-democráticas europeias busquem salvar o barco, criando novas articulações internacionais", afirma. Iole explica, ainda, porque a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Lula têm promovido eventos com partidos e fundações progressistas. Confira abaixo a íntegra da entrevista:

Página 13 - Um setor da Internacional Socialista decidiu criar uma "Aliança Progressista". O PT está participando desta iniciativa?

Iole Iliada - Esta iniciativa surgiu ainda quando eu exercia o cargo de Secretária de Relações Internacionais do PT, e foi-nos apresentada pela primeira vez por representantes do SPD alemão. A avaliação daquele partido era de que uma série de problemas políticos e organizativos da Internacional Socialista (IS) teriam vindo à tona com a chamada "primavera árabe", já que tanto o egípcio Hosni Mubarak como o tunisiano Ben Ali, ditadores derrubados pelo povo nas ruas, eram de partidos membros daquela organização. Isso teria tornado evidente, na opinião dos alemães e de vários outros social-democratas europeus, uma certa obsolescência da IS, que além de abrigar partidos pouco comprometidos com a democracia e a justiça social, ainda se mostrava incapaz de atrair e incorporar as novas forças de esquerda nascentes no mundo. Até aí, o diagnóstico não está incorreto – e o PT, aliás, acertadamente jamais se filiou à IS. O problema é que, nesse diagnóstico, muitas vezes as causas apontadas recaem sobre as questões organizativas, sem que se perceba que o problema tem fundo político: a crise da IS é a própria crise da social-democracia europeia, que se inicia, num aparente paradoxo, com a derrota da experiência soviética, se aprofunda com o flerte neoliberal dos anos 1990 e se agrava com a atual crise econômica e a dificuldade desses partidos de apresentarem alternativas às tais "políticas de austeridade" que mergulham a Europa no desemprego e na deterioração social. Nessa crise, é compreensível que algumas forças social-democráticas europeias busquem salvar o barco, criando novas articulações internacionais que tenham apoio e participação da esquerda na América Latina e do PT em particular, uma vez que aqui temos tido muito mais sucesso político que lá. No entanto, a iniciativa da Aliança Progressista busca criar uma nova organização sem resolver os problemas de fundo, que exigiriam uma séria autocrítica política. E sem buscar unidade com outras forças de esquerda na própria Europa para além dos social-democratas, o que seria fundamental para mudar a atual correlação de forças naquele continente. Diante disso, o que debatemos na época é que, ainda que tenhamos enviado um observador para conhecer melhor a proposta lançada na Itália em dezembro de 2012, o Partido não deveria integrar essa rede internacional. Aliás, podemos mesmo dizer que a proposta da Aliança já nasce com um rebaixamento programático: deixa de se intitular "socialista", como a velha internacional, e passa a se autodenominar "progressista"...

Iole Ilíada

Mas a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Lula não estão promovendo eventos com partidos e fundações "progressistas"?

Infelizmente, uma parte da esquerda latino-americana - não por acaso aquela de inspiração social-democrata, como os partidos da *Concertación* chilena e outros partidos socialistas, por exemplo -, incorporou à sua retórica política o termo "progressista". E muitos dos fóruns internacionais, sobretudo os patrocinados por fundações europeias assumem esse rótulo. É o caso da "Rede de Fundações Progressistas do Cone Sul" e do "Fórum de Partidos Políticos Progressistas", duas iniciativas auspiciadas pela Fundação Frederich Ebert aqui na América Latina. Tanto à Fundação Perseu Abramo como o PT, participam de tais iniciativas, entendendo que elas colaboram no processo de integração da esquerda latino-americana. Mas em todas as oportunidades registramos nossa discordância com relação ao termo, reafirmando que somos de esquerda, e devemos dizer isso com todas as letras. Registre-se que nós do PT não somos os únicos a fazer tal crítica. Agora mesmo, neste ano, o Instituto Lula e a Fundação Jean Jaurès, vinculada ao PS francês, realizarão o II Fórum pelo Progresso Social. O primeiro foi feito em Paris, com a presença do Lula e da presidenta Dilma Rousseff, envolvendo distintas fundações do mundo. A FPA foi convidada a ser parceira na iniciativa. Vamos participar, mas pretendemos levar a esse fórum esse debate sobre a esquerda e o progressismo.

Afinal, qual a diferença entre esquerda e progressistas?

O uso do termo "progressismo" tem relação com a crise da esquerda e o período de defensiva estratégica a que os socialistas foram submetidos nos anos 1980 e 90 no mundo. Naquelas circunstâncias, muitos capitularam efetivamente e abandonaram suas posições de esquerda. Outros não o fizeram, mas passaram a se sentir constrangidos em

se afirmar de esquerda, criando eufemismos que julgavam mais palatáveis ao *status quo*, renunciando assim a fazer a necessária polarização e disputa ideológica. O termo também era justificado taticamente por alguns, por permitir a realização de alianças políticas mais amplas com os setores ao centro. Afinal, ser chamado de progressista é como ser chamado de democrático: não conheço ninguém que se incomode, muito pelo contrário. Com o tempo, o termo também passou a oferecer um "programa" aos que abandonaram o socialismo, como pode ser lido no manifesto de criação da Aliança Progressista anteriormente citada: "como partidos progressistas queremos converter o século XXI em um século do progresso democrático, social e ecológico". Ora, nenhum setor da sociedade, do mais conservador ao mais radical, iria se colocar contra essa proposta. Até porque é difícil saber o que ela significa, em termos de substância política.

É impressão ou no Brasil a direita gosta de apresentar-se como progressista?

Como eu disse acima, a expressão "progresso", em si, não representa ameaça a nenhuma classe social ou interesse particular. E no Brasil, felizmente, apesar da crise ideológica e da defensiva programática que também nos atingiu, o termo "progressista" nunca ganhou espaço na esquerda, talvez pela história do uso político do termo no país. Como sabemos, a ideia de progresso ganha força com o positivismo de Auguste Comte, para quem a evolução da sociedade relacionava-se à possibilidade de encontrar leis gerais de funcionamento que conduzissem a estática social à "ordem" e a dinâmica social ao "progresso", a partir de uma organização científica pensada e gerida por uma elite de especialistas. Quem se lembra do *Admirável Mundo Novo* de Huxley sabe bem o quanto há de autoritário nessa perspectiva. Mas foi essa concepção que inspirou o lema de nossa bandeira e as cabeças de grande parte de nossa elite conservadora. Então, não é de surpreender que a direita no país goste de se apresentar como progressista. Vide o caso do Partido Progressista (PP), cuja orientação política não nos deixa mentir. ★

XIX Encontro do Foro de SP

31 de julho a
4 de agosto
2013

São Paulo

Programación completa

Día 29 de julio, lunes
II Escuela de formación política del Foro de Sao Paulo
9h-19h
La integración en la historia de Nuestra América
La integración desde el punto de vista de Estados Unidos, Europa y Asia
La cuestión migratoria y los procesos de integración

Día 30 de julio, martes
II Escuela de formación política del Foro de Sao Paulo
9h-19h
Análisis de los diferentes instrumentos e instituciones del proceso de integración: CELAC, UNASUR, ALBA, MERCOSUR, Pacto Andino, SICA, Parlamentos etc.
La crisis actual del capitalismo, los nuevos acuerdos y procesos de integración en otras regiones del mundo y la integración latinoamericana

V Encuentro de Juventudes del Foro de São Paulo
19h-21h: Acto de inauguración: la juventud en defensa de los proyectos de gobierno de partidos miembros del Foro de São Paulo

Día 31 de julio, miércoles
II Escuela de formación política del Foro de Sao Paulo
9h-13h
Los desafíos presentes y futuros de la integración

V Encuentro de Juventudes del Foro de São Paulo
9h-23h
La nueva generación en el proyecto nacional brasileño
La integración latinoamericana y el proyecto de desarrollo regional y la nueva generación
Las políticas públicas de juventud para el desarrollo de América Latina y el Caribe

Seminarios simultáneos sobre:
África y América Latina
BRICS y América Latina
Oriente Medio y África del Norte
Estados Unidos
Europa
15-19h

1 de agosto, jueves
Reunión de la Comisión de Fundaciones, Escuelas o Centros de Capacitación
9h-13h

II Encuentro de Mujeres del Foro de São Paulo
9h-19h
El impacto de la crisis en la vida de las mujeres
Las mujeres y la integración regional de América Latina y el Caribe - el fortalecimiento de las luchas sociales desde el punto de vista de las mujeres
Participación política de las mujeres - sub representación de las mujeres en los espacios de poder

Reuniones simultáneas de las secretarías regionales:
Andino Amazónica: coordinación PS Perú
Cono Sur: coordinación FA Uruguay
Mesoamérica y Caribe: coordinación FMLN El Salvador
EUA
Europa
15h-19h

Encuentro de Parlamentarios
15-19h

Encuentro de Autoridades Locales y Subnacionales
15h-19h

2 de agosto, viernes
III Seminario de balance de los gobiernos progresistas y de izquierda
9h-19h

Talleres temáticos simultaneos:
a) Políticas de salud mental y drogas
b) Lucha por la democracia en la Internet y en las redes sociales
c) Lucha por la paz y contra el militarismo
d) Movimientos sociales y participación popular
e) Políticas sociales
f) Procesos electorales
g) Pueblos originarios
h) Recursos naturales
i) Seguridad y soberanía agroalimentarias
j) Trabajadores de arte y cultura
k) Unión e integración latinoamericana y caribeña
l) Colonialismo y autodeterminación
m) Defensa
n) Democratización de la información y la comunicación
o) Desarrollo económico
p) Estado, democracia y participación popular
q) Medio ambiente y cambio climático
r) Migraciones
s) Movimiento LGBT
t) Movimientos sindicales
u) Seguridad y narcotráfico
9h-19h

I Encuentro de afro descendientes del Foro
El papel de los negros y negras de los partidos del Foro de São Paulo
Experiencias de los gobiernos de América Latina y el Caribe en las políticas de promoción de igualdad racial
Asamblea final para aprobación de las directrices del documento final del I Encuentro de Afro Descendientes para ser presentado en la Asamblea final del XIX Encuentro
15h-19h

Acto público de inauguración oficial del XIX Encuentro
20h-23h

3 de agosto, sábado
Seminario sobre la contribución de Hugo Chávez para el proceso de cambio en América Latina y el Caribe
9h-13h

Plenaria del XIX Encuentro
15h-19h

Fiesta de confraternización y actividad cultural
20h-23h

4 de agosto, domingo
Plenaria del XIX Encuentro - informes, resolutivos, plan de trabajo y declaración final
9h13h

Acto de clausura
13h-14h

Dilemas e contradições de um voo solo

*Sandro Alves de França**

Eduardo Campos (PSB-PE) foi reeleito para o segundo mandato numa consagradora votação de mais de 80% dos votos válidos. Presidente nacional do PSB, no início do governo Dilma, tinha uma postura clara e convicta quanto a eventual candidatura presidencial de seu partido. Era taxativo em afirmar o apoio à reeleição da presidenta e que 2014 ainda não seria o momento do PSB.

Já naquele período se especulava a possibilidade de "voo solo" do PSB, devido ao significativo resultado que o partido alcançou nas eleições de 2010, elegendo a segunda maior bancada de governadores; seis, colocando-se à frente do PT e do PMDB com cinco estados cada e atrás apenas do PSDB, que conquistou oito. Entretanto era tudo muito prematuro, o governo Dilma estava no seu início, a presidenta ainda não havia consolidado sua imagem como líder política e chefe da Nação, a ligação com a imagem de Lula era deveras estreita, o que gerava também muitas especulações sobre uma eventual volta do ex-presidente em 2014.

De lá pra cá o quadro mudou. Passaram-se quase três anos. As eleições municipais de 2012 delimitaram uma nova dinâmica partidária na correlação de forças, houve o julgamento do chamado "mensalão", o rompimento do PT com PSB em diversos palanques locais, bem como outras circunstâncias de impacto menor.

O atual governador de Pernambuco, então, passou a emitir declarações ambíguas, nem confirmando nem negando a possibilidade de ser candidato. Também assumia uma postura bipolar: ora declarava apoio aberto - mas não convicto - a Dilma, ora deixava escapar que o PSB teria muito a contribuir ao Brasil com uma candidatura própria.

Com o resultado que o PSB alcançou nas urnas em 2012, ampliando em 40% o número de prefeitos e elegendo o maior número de mandatários nas capitais (cinco), os socialistas passaram a estar no centro das apostas para representar uma eventual "terceira via" e despolarizar o tradicional embate entre PT e PSDB.

Para que possa, de fato, encorpar a figura política da chamada "terceira via", Campos teria ao menos de demonstrar no que difere dos tucanos e, sobretudo, dos petistas e como isso se organiza num programa de gestão nacional, que mobilize o país inteiro e não apenas redutos em especial.

Já aí reside uma dificuldade da candidatura Campos. O PSB integra a base do Governo Federal e foi o partido que mais se beneficiou politicamente da ascensão do PT à presidência. Os socialistas, antes de Lula ser eleito, dispunham de pouca representações na Câmara e no Senado. Tinham um número pífio de prefeitos, vereadores e deputados estaduais e distritais e nenhum governador. Foi após Lula conquistar a presidência e alçar o partido ao status de aliado preferencial que o PSB começou a ganhar musculatura. O próprio Campos contou para ser eleito governador em Pernambuco, em 2006, com o decisivo apoio de Lula.

Governos do PSB desfrutaram, inclusive, de mais atenção política do que alguns governos petistas, sendo os casos mais notórios o de Pernambuco e Ceará. Campos usou de sua excelente relação pessoal com Lula para facilitar a vinda de recursos para seu Estado. Não que não tenha sua parcela de mérito pessoal, mas, inquestionavelmente a "boa vontade" de Lula para com ele - acima da média – foi fator preponderando para o nível de aceitação política a qual ele ostenta hoje.

À despeito disso, o neto de Miguel Arraes travou embates com Lula e o PT em vários palanques municipais, sendo o mais notório o do Recife, que era governada por petistas há 12 anos. No caso, à bem da verdade, houve ações políticas mal calculadas que se somaram a fraca avaliação do prefeito João da Costa e ao impasse em intervir para vetar sua candidatura. Setores do PT cometeram muitos equívocos e abriu-se espaço para que Campos fortalecesse o projeto de última hora da candidatura própria do PSB.

Entretanto, nesse processo, foi dado início a uma aproximação politicamente muito esquizofrênica entre Campos e expoentes da direita pernambucana, alguns inclusive adversários históricos de seu avô, Miguel Arraes, e dele próprio. O senador Jarbas Vasconcelos, derrotado de forma acachapante por Campos nas últimas eleições estaduais e sempre um opositor ferrenho de Arraes e da esquerda agora dá declarações de apoio à candidatura do PSB e diz que Campos "é candidatíssimo". O PPS presidido por Roberto Freire parece pronto para entrar na "barca socialista" e até

mesmo o DEM do ex-governador Mendonça Filho, derrotado por Campos no 2º turno das eleições 2006.

É ainda, cortejado (e corteja) parlamentares ruralistas e flerta com figurões do agronegócio e dos oligopólios financeiros, dá palestras para empresários paulistas onde diz que é possível "fazer muito mais do que Dilma". Seu avô talvez tivesse "um treco" ao presenciar seu neto enveredar por caminhos tão abjetos e conservadores.

A postura de Campos não é de quem eventualmente poderia disputar a presidência ou de um sério postulante ao cargo, mas de um candidato em exercício de campanha, arregimentando apoios e fazendo declarações críticas ao governo. O que é mais irônico – e muito contraditório - é que ele e PSB compõem o Governo Federal, são um dos principais aliados e ocupam espaços de destaque.

Caso Campos e o PSB decidam pelo projeto em oposição ao PT, em que ele estaria baseado? Se vão realmente fazer isso, como parece, porque não entregam os cargos no Governo e assumem posição de independência no Congresso? É difícil acreditar que a população irá "engolir" uma oposição feita aos "47 do segundo tempo". Vai soar como oportunismo gigantesco, e o será de fato.

Afinal, qual seria a justificativa do PSB agora? Em 2010, Lula estava deixando o governo, Dilma era desconhecida e vista com muita desconfiança e o PSB dispunha de Ciro Gomes, um nome bem aceito nas pesquisas de opinião. O empresariado adotava uma postura de distanciamento do PT e do Governo devido à guinada progressista que este vinha desenhando, sobretudo no fortalecimento das estatais e na regulação mais incisiva na economia. Não esboçavam sinais de investir em parcerias com o governo e tampouco viam Dilma como uma candidata de perfil confiável. Assim mesmo, com uma articulação encabeçada por Lula e abraçada por Campos, o PSB veta a candidatura de Ciro e apoia Dilma. Depois dela eleita, integra o primeiro escalão do Governo, de modo semelhante à Era Lula.

A reeleição está consolidada no atual modelo da democracia no Brasil. A presidenta Dilma, segundo pesquisas, desfruta de níveis altíssimos de popularidade, tendo seu governo muito bem avaliado. O que justificaria uma defecção socialista? E caso realmente seja ponto de convergência dentro do partido, porque continuar na base do governo? Como disse Ciro Gomes, que foi acompanhado no raciocínio pelo irmão Cid, governador do Ceará, nessa perspectiva o partido deveria abrir mão de todos os cargos e posições que atualmente ocupa dentro do Governo Federal. Do contrário, em que Campos e PSB alicerçariam sua posição oposicionista?

Há quem diga que Campos está aguardando para ver como evolui o quadro político-econômico nacional. Caso esteja favorável, articula uma saída estratégica e ainda barganha uma participação maior no Governo, além de apagar arestas de conflitos entre PT e PSB nos estados – leia-se: fazer, como parte de um acordo para que os socialistas continuem na base, o PT "engolir" o PSB "goela abaixo" onde os partidos são divergentes, inclusive na Paraíba. Do contrário – e menos provável, considerando os últimos dados que mostram a franca recuperação da indústria, queda da inflação, ascensão social recorde e alto nível de emprego - Campos poderia ser uma alternativa ao PT e ao PSDB. Ele pode também querer "preparar o terreno" para o seu nome. Pode não se candidatar com pretensões de vencer o pleito ou ir ao segundo turno, mas para tornar-se conhecido, marcar posição.

São muitas as possibilidades de Campos e do PSB, partido que assim como seu presidente, tem cada vez mais se descaracterizado e se deixado levar por um pragmatismo que oblitera progressivamente a coerência da linha política partidário. O PSB hoje, com suas alianças oportunistas com o PSDB, DEM, PPS e com a vanguarda do conservadorismo e da direita, se firma como um partido sem identidade, rendido ao fisiologismo. Bem distante do partido histórico liderado por Miguel Arraes. É um PMDB com o título de socialista, ou como dizem alguns analistas e até mesmo alguns quadros do próprio partido, "de socialista tem apenas o nome".

Nesse contexto tem a figura emblemática do presidenciável Eduardo Campos, cuja candidatura é um dos casos clássicos onde a coerência política é jogada "aos porcos" pela ambição pessoal e oportunismo momentâneo. Vamos ver até onde chega o poder de convencimento do governador e se ele realmente pretende abraçar o contraditório – na acepção negativa da expressão - e partir numa empreitada incerta e cheia de riscos, sobretudo o de fragilizar sua identidade. ★

***Sandro Alves de França** é estudante de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba

Projeto tucano perde fôlego em Minas

*Rogério Correia**

Os sinais de esgotamento do projeto tucano para o estado de Minas Gerais são evidentes. Por mais de uma década, os mineiros são bombardeados com o intensivo marketing do chamado "déficit zero" e do "choque de gestão".

Nos dois mandatos como governador de Minas Gerais, Aécio Neves, por uma série de fatores, navegou por águas tranquilas sem oposição organizada. Somente a partir de 2011 se organizou na Assembleia Legislativa um oposição institucional com o bloco Minas Sem Censura (PT, PMDB, PCdoB e PRB), capaz de um embate político e ideológico com o tucanato. Este bloco atuou desde o início em conjunto com o Movimento Social que se unificou, e também elaborou uma plataforma de lutas que, evidentemente, se chocou com as ações governamentais. Esta ação conjunta, institucional e movimentos, possibilitou à oposição capacidade de enfrentar o governo tucano.

Farsa dos governos tucanos de Aécio/Anastasia

A grande mídia mineira e sua elite faz questão de esconder que Minas Gerais na verdade está falida: o choque de gestão não passa de um imenso arrocho salarial e falta de investimento social e o déficit zero é uma farsa. Minas é o segundo estado mais endividado, são quase R$ 100 bilhões em dívida.

Nas áreas da saúde e da educação, desde 2003, os tucanos não respeitam o mínimo constitucional de 12% e de 25%, respectivamente. A dívida acumulada ultrapassa R$ 15 bilhões, sem correção, e o senador Aécio Neves é réu em ação do Ministério Público da Saúde que lhe cobra a devolução de R$ 4,3 bilhões. O governo Antonio Anastasia também é réu em ação que visa anular um TAG (Termo de Ajustamento de Gestão) que assinou junto ao Tribunal de Contas do Estado, confessando que o Estado só cumprirá a Constituição a partir de 2015, no outro governo. Tudo isso escondido pela grande mídia.

Privatizações fracassadas

Outra vergonha de ação é a iniciativa das Parcerias Público-Privadas (PPPs) que na verdade não passam de privatizações fracassadas. Veja alguns exemplos: a PPP da rodovia MG-050 que mesmo sem estar pronta, cobra uma das taxas de pedágio mais caras do Brasil; a PPP dos presídios gasta R$ 2,7 mil por detento, valor que equivale ao dobro do salário de um professor da rede estadual, sem contar a PPP do Mineirão que foi um desastre, onde o Estado entregou para a iniciativa privada o "Gigante da Pampulha". Neste caso, pedimos uma CPI para investigar o superfaturamento e o contrato de "doação". Pelo contrato, a empresa receberá mensalmente do Estado um lucro de R$ 2,7 milhões. Na contramão desse "investimento", ingressos e estacionamentos caríssimos praticamente expulsaram o direito do trabalhador mais pobre de frequentar o estádio recém inaugurado, sem contar os inúmeros problemas já apresentados como falta d´água, filas e bares fechados. Diante desse quadro, estamos pedindo uma CPI para investigar o superfaturamento das obras. A comissão já conta com 20 assinaturas das 26 necessárias para sua abertura.

A CEMIG, a Companhia Energética de Minas Gerais, está sendo totalmente sucateada: está também sob processo de privatização. São inúmeros os problemas: alto índice de acidentes constantes com os trabalhadores e com a população em geral; apagões em BH e na região metropolitana; falta de investimentos na rede; e o suspeito acordo de acionistas. Este acordo, assinado pelo governador em agosto de 2011, garante a distribuição de dividendos aos acionistas no percentual de 50%, sendo que, de dois em dois anos, eles podem retirar tudo o que tiver em caixa (100% do lucro). Descobrimos recentemente que dentro da empresa existe um tal de "Conselhinho da Andrade Gutierrez" que sobrepõe aos poderes do governo de Minas na Cemig. Para garantir esse superpoder, definiu-se que todos os investimentos da Cemig devem ser previamente analisados e aprovados pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e o acordo prevê que este diretor seja sempre indicado pela Andrade Gutierrez (AG).

Tudo dominado

A mídia é controlada pela irmã do senador Aécio Neves que comanda o Núcleo Gestor

de Comunicação Social do Governo. A dupla foi denunciada por destinar recursos públicos a rádios e jornais da própria família e mais de R$ 2 bilhões em propagandas oficiais desde 2003. Essa é a maior "obra" do governo do Estado. Os tucanos também controlam o Tribunal de Contas, a cúpula do Ministério Público, amplos setores do judiciário e da Assembleia Legislativa.

O PT em Minas também contribuiu com equívocos e dubiedades na relação com o governo Aécio/Anastasia que facilitaram o domínio Aecista, em especial com políticas conhecidas como "Lulécio", "Pimentécio" e "Dilmazia".

Essa política levou à fundação do Movimento Coerência Petista que, desde 2008, luta pela reversão desse quadro no interior do PT. Com o movimento de Aécio em torno da candidatura à presidência da República, esta política dúbia perde força em Minas. Já a posição assumida por nós, de criar uma alternativa democrática-popular para o Estado, a partir de uma oposição organizada, ganha força.

O PED em Minas

Para o PED 2013 em Minas, as forças de esquerda se uniram no Movimento Coerência Petista junto com os companheiros do Resistência Socialista (companheiros que lutaram pela candidatura própria em BH no ano de 2012) e lançaram o meu nome à presidência do partido em Minas. A ideia é construirmos, juntos, um projeto partidário centrado nas lutas dos trabalhadores e no combate ao governo neoliberal do Estado, com o objetivo maior da construção de uma alternativa política para Minas, mantendo o compromisso com as lutas e conquistas obtidas nos governos Lula e Dilma. Queremos um governo com a cara do PT!

Tal candidatura a ser construída durante as eleições do PT tem de unificar com a base social do partido uma plataforma de compromissos de conteúdo anti neoliberal e de caráter democrático-popular.

A direção do PT em Minas se transformou em um tribunal de pequenas causas e já não dá direção política ao partido, nem mesmo tem sintonia com os movimentos sociais. Reverter esse quadro é também tarefa fundamental para construirmos uma aliança forte, envolvendo os partidos do Bloco Minas sem Censura e, especialmente, nossa base social organizada nos movimentos populares.

Minha candidatura a presidente estadual do PT e nossa chapa no PED são um chamado à militância para tirar o PT mineiro da inércia e colocá-lo no centro das transformações necessárias para o estado de Minas Gerais.★

***Rogério Correia** é deputado estadual do PT de Minas Gerais

O Rio e o projeto nacional

*Olavo Carneiro e Renam Brandão**

Há muito a tática eleitoral no Rio de Janeiro e a tática para as eleições presidenciais do Partido dos Trabalhadores são polemicas e dizem respeito a diferenças de entendimentos sobre como fortalecer um denominado "projeto nacional" e até concepção de Partido.

É importante lembrar o desprezo pela candidatura a prefeito de Chico Alencar, que quase foi ao segundo turno, e os enquadramentos que teve na intervenção de 1998 seu ponto mais explicitamente autoritário e de desrespeito à democracia interna. Depois do enfraquecimento da esquerda petista no estado o enquadramento passou a contar com a subserviência de diversos setores hoje organizados na CNB ou Mensagem.

Junto ao enfraquecimento da esquerda partidária e do aumento da força dos moderados, processo acompanhado da retórica da Defesa do Projeto Nacional, ocorreu também o enfraquecimento eleitoral e ideológico do próprio PT-RJ. Perdemos força simbólica de esquerda na sociedade, hoje em parte capturada pelo PSOL. Setores cujas práticas se baseiam no "carguismo" e nos acordos de gabinete ganharam, o Socialismo, os Compromissos Programáticos e as Práticas de Esquerda perderam.

Qualquer projeto de transformação da nossa sociedade, nos marcos da atual conjuntura da luta de classes brasileira passa por: (a) disputa ideológica na sociedade; (b) organização e mobilização popular; (c) vitória eleitoral; (d) capacidade de governabilidade.

A tática eleitoral no RJ que mais atende a estes requisitos para o projeto nacional do PT é a candidatura própria do PT com Lindbergh Farias.

Quadro político forjado nas lutas populares anti-neoliberalismo dos anos 1990, Lindbergh possui um laço com os trabalhadores e as trabalhadoras que lhe dá o preparo para a disputa ideológica contra os valores do individualismo, consumismo e elitismo que ainda marcam a nossa sociedade.

A história de Lindbergh torna a candidatura potencializadora de uma reaproximação do PT com os movimentos sociais populares à luz da construção de um projeto coletivo que visa superar o status quo.

Bem situado nas pesquisas eleitorais para 2014 e seus desempenhos anteriores o credenciam para ser o maior cabo eleitoral para a reeleição da presidenta Dilma no segundo colégio eleitoral do país. Sua candidatura ajuda para a governabilidade futura ao impulsionar a eleição de mais deputados federais e se constituir na maior chance de vitória petista entre os três maiores estados da federação.

Por fim, a candidatura própria do PT-RJ com Lindbergh Farias, em muito fortalecerá o próprio Partido, fator também importante para a efetivação dos quatro requisitos citados anteriormente.

Com isso é possível afirmar que a candidatura Lindbergh pode resgatar a boa tradição petista de construir candidatos e quadros como expressão de projetos coletivos. E sem dúvida a candidatura Lindbergh é uma boa oportunidade de Retomar o PT fluminense para as bandeiras de esquerda.★

***Olavo Carneiro** é membro licenciado da Executiva Estadual do RJ e **Renam Brandão** é pré-candidato a presidente estadual do PT-RJ

A desconstrução do direito

*Augustino Pedro Veit, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio e Rubens Alves**

Com a promulgação da Constituição de 1988, tivemos assegurado conquistas aos povos indígenas, fundamentais, entre estas o direito à terra, superando uma lacuna existente na Constituição anterior de 1967. A nova Carta Magna, vai além, determinando no Capítulo VIII, dedicado inteiramente a essa questão o respeito às línguas e suas formas de aprendizagem, reconhecendo e protegendo as especificidades indígenas.

O artigo 231 reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Reconhece e garante os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e afirma textualmente que é da competência da União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens.

Em seu inciso 6º consta o seguinte postulado:

> "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé."

A partir dos dispositivos citados infere-se que a Constituição de 1988, diferentemente das Cartas anteriores, cria o direito e garantias indígenas. Apenas leis infraconstitucionais regulavam a vida destes povos, sempre sob a perspectiva "integradora", de adaptação forçada à civilização branca.

O Estatuto do Índio, por exemplo, ainda vigente, tornou-se obseleto e não foi recepcionado pela nova Carta, pois não respeita as particularidades dos índios, sua organização social e seu patrimônio cultural.

A Constituição de 1988 muda essa perspectiva, na medida em que reconhece ao índio a condição de sujeito de direitos, estabelecendo a obrigatoriedade ao respeito às tradições, religiosidade, hábitos, costumes e línguas, essenciais para a vida dos índios.

Anterior à Constituição de 1988, a condição das nações indígenas estava sujeita a todo tipo de submissão, atrocidades e crimes de lesa humanidade, conforme revela o Relatório Figueiredo, documento de mais de sete

mil páginas produzido pelo procurador federal Jader Figueiredo entre 1967 e 1968, a pedido do extinto Ministério do Interior.

O Relatório evidencia a corrupção endêmica, os métodos de tortura, a escravização e a exploração do patrimônio indígena, por funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios – SPI, órgão que antecedeu a FUNAI, por altos membros do governo ditatorial, associados aos latifundiários.

Contudo, nos últimos anos verifica-se a existência de movimentos que trazem apreensões e preocupações aos povos indígenas. É discurso corrente entre as lideranças indígenas que há uma orquestração entre poderes, especialmente, do poderoso agronegócio e de seus representantes no Congresso Nacional para desconstruir direitos conquistados no processo da constituinte de 1988.

Soma-se a isto, um Judiciário, que na sua grande maioria se posiciona invariavelmente contrário ao povo indígena; um Poder Legislativo com uma produção legiferante e ameaçadora aos seus direitos, e, para agudizar o cenário, alguns integrantes do poder Executivo, como, por exemplo, a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, emitindo declarações simpáticas ao agronegócio e tomando decisões temerosas à causa indígena que apenas contribui para aumentar a desconfiança e o nível de tensão.

Se por um lado o Texto Constitucional de 1988 representa uma virada na história perversa do Brasil – sinalizando que o Estado brasileiro começa a olhar e a entender os povos indígenas como organizações próprias e como nações autônomas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e o seu direito originário à terra – por outro, observa-se uma enorme ofensiva contra esses direitos.

A PEC 215, que tramita na Câmara e o PL 1.610, que trata da mineração são projetos de leis construídos sem qualquer forma de participação dos índios.

A cada dia, os povos indígenas e os seus apoiadores são surpreendidos por novas proposições legislativas. No Senado Federal tramita também a PEC 38, que é tão danosa quanto a PEC 215, porque propõe que a competência da demarcação de terras indígenas seja transferida do Poder Executivo para o Legislativo.

Este conjunto de projetos no Congresso brasileiro mais a articulação de uma CPI para investigar a FUNAI com o claro objetivo de enfraquecer o órgão e criar mais obstáculos às demarcações das terras indígenas, igualmente a forte pressão sobre as comunidades presentes em áreas atingidas pelos chamados grandes projetos de desenvolvimento, que segundo o banco de dados do Cimi - Conselho Indigenista Missionário - são 452 empreendimentos, muitos deles do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que impactam diretamente, pelo menos, 201 territórios indígenas, conformam uma agressiva e gigantesca pressão do capital e do poder estatal, absolutamente desigual e insuportável.

Diante deste preocupante contexto, espera-se que as bancadas dos partidos que têm suas histórias marcadas pelo engajamento e pelo compromisso em favor da causa indígena, especialmente as do PT, na Câmara e Senado, reajam e façam o enfrentamento necessário, mobilizem a sociedade, aumentem a interlocução com as lideranças indígenas, que já deram demonstrações que não permitirão à desconstrução de seus direitos, a exemplo da recente ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados e cobrem maior determinação do governo da presidenta Dilma, reestruturando a Funai e agilizando as demarcações dos territórios indígenas.★

***Augustino Pedro Veit** é a dvogado militante em direitos humanos, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio** é advogada militante em direitos humanos e **Rubens Alves** é geógrafo e membro da DNAE

(Estas reflexões foram escritas a partir de anotações feitas em duas audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em 18 de abril, e 22 de maio, com os temas Situação atual dos Povos Indígenas e Relatório Figueiredo, respectivamente.)

SINDICAL

CUT condena leilões do petróleo e questiona medidas privatizantes

A Executiva Nacional da CUT, reunida no dia 21 de maio, resolveu organizar uma campanha nacional contra os próximos leilões da Petrobras que se anunciam e questionar medidas privatizantes contrárias ao projeto político que elegeu o atual governo.

A CUT decidiu, ainda, reprovar qualquer proposta que venha a ampliar a privatização dos portos e acompanhar atentamente a regulamentação da nova MP 595, para que não haja retrocessos em relação aos direitos dos trabalhadores.

Na Resolução, a CUT reafirma sua posição em relação ao 11º Concut de exigir o fim da desoneração da contribuição patronal em folha do INSS e defender essa posição em todos os foros com o governo em que participa e exigir contrapartidas trabalhistas e sociais para todas as eventuais isenções fiscais ou créditos públicos subsidiados que beneficiem o empresariado.

No documento, a CUT afirma, ainda, que exigirá na mesa de negociação com o governo federal de 11 de junho que seja estabelecido um calendário com "início, meio e fim" de discussão de todos os pontos da plataforma das Centrais Sindicais entregue no dia 6 de março, em particular a redução da jornada de 40 horas, fim do fator previdenciário e reforma agrária.★

TENDÊNCIA

Acampamentos da Juventude

*Yuri Soares Franco**

A realização de acampamentos da juventude é uma prática antiga na esquerda, tendo sido realizados por diversas organizações socialistas durante décadas.

A Juventude da Articulação de Esquerda tem regatado a importância dessas atividades, realizando de uma forma integrada a formação política, debate, integração e criação de laços de solidariedade.

Recentemente tivemos o acampamento da JAE-RS e da JAE-DF, ambos um sucesso, pelo resultado político e pelo aprendizado na organização destes espaços. É necessário estreitar as relações políticas com os estudantes que aproximamos e dialogamos nesse processo do Congresso da UNE. Não podemos ser uma força política que atua apenas em períodos de eleição das entidades.

Também precisamos ampliar e fortalecer nossa atuação em outras frentes e movimentos sociais, assim como trazer, para a política, jovens que ainda não estão atuando em nenhum movimento ou partido.

Os acampamentos precisam ser pensados de uma forma que equilibre a discussão política com atividades como saraus, trilhas, práticas esportivas, dentre outras, a depender da possibilidade de cada espaço, das condições climáticas e outras variáveis. O acampamento precisa ser um espaço atraente inclusive para quem ainda não é militante.

É importante encerrar o acampamento com um espaço para pensar os próximos passos da JAE ao final do mesmo. O acampamento não é e não pode ser um fim em si mesmo, ele é antes de tudo um espaço de fortalecimento da nossa atuação política cotidiana e de longo prazo.

A realização de acampamentos da juventude é um meio importante para criar essa organicidade e coletividade e aumentar a nossa capacidade de influência e intervenção nos diversos movimentos e conquistar mais jovens para as fileiras do PT e para as posições da AE.

Os acampamentos precisam ser organizados coletivamente pelos militantes da JAE em cada estado, com o devido e necessário apoio das direções estaduais da AE. No Centro-Oeste já estamos encaminhando a realização de um acampamento conjunto do DF e Goiás no mês de junho.

Acredito que se tivermos sucesso na realização de bons acampamentos estaduais e/ou interestaduais agora no meio do ano poderemos avançar na discussão de um acampamento nacional da JAE.★

***Yuri Soares Franco** é militante do PT-DF

Outro modelo é possível

Rafael Tomyama*

Mais um 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Mais um ano se passa em que a data será lembrada e rapidamente esquecida. E nos cabe questionar afinal: em que o Brasil tem avançado no fundamental nas políticas ambientais?

2013 é o ano em que se comemoram 10 anos de gestões no governo federal sob o comando do PT. Neste período, os governos Lula e Dilma avançaram em muitos sentidos na suplantação das políticas neoliberais anti-povo dos governos que os antecederam.

Por isso, no cenário macroeconômico pode existir até certo otimismo comedido, mesmo diante da crise internacional do capital. Já na seara ambiental, as preocupações são gigantescas.

Isso porque, ao adotar variantes hegemônicas do modelo desenvolvimentista, combinadas com uma política aberta de conciliação de classes, a pauta ambiental é uma das mais suscetíveis, no mercado das "trocas" necessárias à dita governabilidade.

Não bastassem os megaprojetos de energia e transporte fundados em matrizes degradantes e poluentes, em benefício exclusivo dos lucros das grandes corporações privadas - enquanto retrocede a reforma agrária - ruralistas, grileiros e latifundiários avançam as fronteiras agrícolas sobre as reservas da biodiversidade remanescentes, principalmente no Cerrado e na Amazônia.

Não raro, tais políticas contam com desde o silêncio obsequioso até o apoio entusiástico de parte da esquerda, que considera aceitável o descalabro ambiental – o "preço a pagar" pelo atendimento das "demandas" sociais.

Cabe perguntar acerca de quais demandas se tratam, já que os ganhos sociais, arrancados com enorme custo, ainda são bem menores, por exemplo, do que a lucratividade da especulação financeira, que alimenta o ciclo vicioso do endividamento interno.

Então o que há para comemorar?

Como serão honrados, por exemplo, os compromissos de redução das emissões assinados na Conferência da ONU no Brasil (Rio+20), considerando as metas de crescimento a qualquer custo?

Isto só seria possível num modelo de desenvolvimento qualitativamente diferente.

Evidentemente há avanços, mas pontuais. Não se consegue incluir a vertente ambiental no cerne dos planejamentos governamentais.

É claro que os custos ambientais das decisões, públicas ou privadas, afetam os povos de todo e qualquer país. No caso do bloco dos ditos "emergentes" BRICs, no entanto, é particularmente desalentador que muito do sucesso econômico se baseie na superexploração da classe trabalhadora e dos bens naturais.

Se há algo que necessita ser compatibilizado é a justiça social com a ambiental. E isso não parece possível dentro da lógica de quem se propõe a administrar um modo de produção e consumo capitalista.

Se queremos dar continuidade ao projeto de governos petistas no Brasil, com a reeleição da Presidenta Dilma e, se pretendemos que o seu segundo governo seja qualitativamente superior ao primeiro, é preciso repensar muitas decisões centrais.

É preciso sim repensar a política de alianças, que atravessa dos parlamentos aos governos locais. Mas é urgente, antes de mais nada, reorientar o modelo de desenvolvimento nacional, para uma alternativa socialista e sustentável.

Isso quer dizer, em outras palavras, nenhuma conciliação com os fundamentos da dominação que mantém o sistema caduco. Por isso, a insistência em reformas estruturais e democratizantes: política, tributária, das comunicações, etc.

E isso não será obra de um governo, por mais progressista que seja. Se vier, será conquista da mobilização consciente e organizada do povo trabalhador. ★

*__Rafael Tomyama__ é jornalista e integra o Coletivo Nacional de Meio Ambiente do PT

"O objetivo de transformar as cidades em modelos sustentáveis, capazes de cumprirem seu papel socioambiental de forma adequada, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resilientes, isto é, mais resistentes e capazes de superar crises externas, tanto econômicas quanto ecológicas, torna imperiosa a capacidade de mobilização social para interferir num planejamento urbano de longo prazo, para construção de políticas sustentáveis efetivas e democráticas com participação popular"

Crise urbana, crise ambiental e cidades sustentáveis - Trecho de Resolução "Nossa política para as cidades", da 2ª etapa do 1º Congresso Nacional da AE

Com a palavra, a Nacional

*Nayara Oliveira**

O setorial de saúde do PT-SP promoveu, no mês de maio, um seminário sobre "Modalidades de Gestão na Saúde em Administrações do PT", que contou com a presença de integrantes da direção partidária e a participação de 171 pessoas, representando 18 cidades. Considerado por todos de alto nível, no período da manhã, o seminário proporcionou um debate teórico sobre o PT, sua trajetória e a relação público-privado (professor André Singer) e os dilemas do SUS em sua relação com o setor privado e o mercado (professor Nelson Rodrigues dos Santos).

No período da tarde, foram debatidas experiências práticas observadas em quatro cidades administradas pelo PT (São Paulo - secretário José di Filippi; Guarulhos - secretário Carlos Derman;Araras - prefeito Dr. Brambilla e São Bernardo do Campo - secretário Arthur Chioro), com ênfase nas alternativas de gestão. As apresentações podem ser acessadas no site www.carlosneder.com.br ou no portal www.pt-sp.org.br.

Durante a reunião, foi lida uma resolução aprovada pelo Setorial Nacional de Saúde do PT, contrária a uma possível ampliação dos subsídios públicos aos planos privados, em função de notícias veiculadas de que teria havido uma famigerada reunião entre membros do governo federal e três grandes expoentes do setor, negociando essa afronta ao SUS. A ocorrência desta reunião foi desmentida pelo ministro Alexandre Padilha.

Embora a resolução tenha sido aprovada em março, foi apenas durante este seminário que ela veio a público, sendo lida em plenário por Carlos Neder, coordenador do Setorial.

Na resolução, após várias considerações e análises das políticas de fortalecimento do SUS implementadas pelas gestões petistas em nível federal, foram apontadas críticas certeiras, inclusive citando a ilegalidade da desoneração dos planos privados de saúde e vários exemplos da falácia que representam como alternativa para atendimento à população, bem como a necessidade de mais aporte financeiro para implementação do SUS.

Caso seja aprovada, como resolução do DN, apontará várias deliberações:

- Convocar a militância do Partido dos Trabalhadores, todas as direções da estrutura partidária, governantes, parlamentares do PT, cada um conforme sua posição política, a sustentarem e apoiarem as medidas que se seguem, as quais devem fazer parte da agenda política do partido.
- Defender o SUS como direito de todos e dever do Estado, para que se consolide como sistema público, gratuito, eficiente e de qualidade, alicerçado nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e igualdade na atenção à saúde, comprometido com a defesa da vida.
- Lutar pela ampliação do financiamento adequado e suficiente para o SUS mobilizando a sociedade e os governos para garantir a aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública.
- Defender a criação de novas fontes de recursos para financiar a saúde, tais como, instituir contribuição exclusiva para a saúde, a exemplo da CPMF. Aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF) para a saúde. Tributar as grandes riquezas, fortunas e latifúndios, o tabaco e as bebidas alcoólicas. Taxar a movimentação interbancária. Definir percentual dos royalties do petróleo e da mineração para a saúde. E definir percentual do lucro das empresas automobilísticas, essas também responsáveis por subprodutos que geram graves problemas à saúde pública, poluição ambiental e consequentemente muitos gastos públicos com saúde.
- Conclamar o governo federal a aplicar 10% das receitas correntes brutas da União nas políticas de saúde de forma a realizar a transformação do modelo de atenção à saúde, aplicando os novos recursos prioritariamente na atenção básica, na estruturação e ampliação da rede pública de serviços de saúde em todos os níveis de atenção para diminuir a dependência que temos da rede privada contratada e conveniada e na consolidação de carreiras para os trabalhadores da saúde no âmbito do SUS.
- Impedir qualquer iniciativa política de oferecer subsídios públicos a planos de saúde e seguros privados para população de baixa renda e para classe média.
- Solicitar ao governo que reconsidere as desonerações fiscais destinadas ao mercado de serviços privados de saúde, bem como abrir diálogo com as centrais sindicais, a sociedade civil organizada e demais entidades quanto à mercantilização da saúde e em defesa do SUS.
- Conclamar o governo para criar novos mecanismos para cobrar, promover e fiscalizar o ressarcimento ao SUS devido pelas operadoras de planos de saúde, bem como ampliar sua abrangência aos procedimentos ambulatoriais de média complexidade tecnológica.
- Convocar a bancada federal do partido e o setorial nacional do Partido dos Trabalhadores para debater a sucessão da diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS, com a indicação de diretores comprometidos com o fortalecimento do SUS e a regulação efetiva do mercado de planos de saúde.
- Fortalecer a política nacional de saúde mental, incluindo nesta, a atenção à saúde de pessoas que fazem uso abusivo de álcool, crack e outras drogas segundo os princípios da reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial, enfatizando posicionamento contrário às ações de internação compulsória de usuários de substâncias psicoativas promovidas pelo Estado de São Paulo e propostas similares previstas no projeto de lei que tentam instituir tais práticas similares em outros estados e em nível federal. Solicitar que se envidem esforços a favor do fortalecimento dos serviços substitutivos previstos pela política nacional de saúde mental como os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS, não devendo ser considerada a possibilidade de financiamento público pelo SUS, SUAS ou Ministério da Justiça para as chamadas Comunidades Terapêuticas que não se apresentam como possibilidade de tratamento pelo SUS.
- Promover ampla discussão com as gestões petistas municipais, estaduais e federal sobre as modalidades de gestão pública e estatal do SUS, considerando que devem ser superados os modelos de terceirização dos serviços por Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Parcerias Público Privadas, que precarizam vínculos e privatizam o SUS.
- Promover o aprofundamento da melhoria da qualidade de vida do povo e a permanente superação das desigualdades, o que exige o investimento na implementação do SUS como um sistema público e universal, sem o qual o Brasil não será um país desenvolvido.

Agora a bola está com o Diretório Nacional do PT que, esperemos, aprove esta resolução do setorial.★

***Nayara Oliveira** é educadora, sanitarista e militante do PT Campinas

Uma alternativa de direção para a UNE

*Jonatas Moreth**

Está terminando mais um Congresso da União Nacional dos Estudantes, o evento mais importante do Movimento Estudantil Brasileiro. Momento privilegiado para discutirmos o mundo e o nosso País. Hora de debater o movimento estudantil, seu papel, seu potencial de mudança e suas dificuldades.

Voltaremos a Goiânia, mesmo cenário do último encontro. Desta vez, com a presença de novos atores (e outros nem tão novos), que desde já, desempenham inúmeros papeis nas cenas de mais um capítulo da história da UNE e do movimento estudantil.

Se a história vai apenas se repetir? Bom, essas são as cenas dos próximos capítulos. Mas o que podemos saber desde já, é que temos a opção de escrever com tinta vermelha de nossa caneta muitas das novas linhas dessa história.

Esta certeza, que passa por inúmeros fatores, foi fortalecida no 14° Coneb, ocorrido em janeiro deste ano, em Recife. Lá ficou mais obvio do que nunca a grande ilusão da ideia que a UNE possui apenas dois lados. Estando em um deles o campo majoritário, um verdadeiro condomínio de forças políticas aliadas e do outro uma autointitulada oposição de esquerda.

Expressou-se com nitidez que um número cada vez maior de estudantes brasileiros não se sente representado tanto pelo esquerdismo, quanto pelo engessado e comodista campo majoritário, mero gerenciador de interesses institucionais.

Neste sentido, acreditamos que os estudantes que defendem uma UNE combativa e independente devem construir uma alternativa a essa polarização que, além de artificial, superestima e concede palanque para o esquerdismo, tornando mais difícil a posição daqueles que apóiam o Governo, mas não aceitam uma UNE chapa branca.

A votação da resolução de movimento estudantil no Coneb do Recife foi uma expressão desta realidade. Uma bancada superior a da Oposição de Esquerda votou nesta resolução, que foi apresentada pelo momentaneamente denominado Campo Popular, que reuniu entre suas teses a Reconquistar a UNE.

Quando chegarmos ao Conune, a posição das forças que compuseram este campo no Coneb terá um papel determinante no desfecho do Congresso. Estamos diante da possibilidade de consolidação de uma alternativa de direção na UNE que pense e defenda uma universidade pública, democrática e popular. Que saiba reconhecer os acertos e os erros do governo e que em ambos mantenha uma postura crítica e firme. Além disto, que tem lado na luta cotidiana dos estudantes, que seja oposição a atual direção majoritária e ao esgotamento de sua política limitada e retraída.

Cabe aqui fazer um parêntese para dizer que precisamos ter forças para influenciar nos rumos da UNE. Mas isto deve ser construído pela oposição. Há aqueles que acreditam ser possível ter algum tipo de influência estando no condomínio do campo majoritário. Essa, no entanto, é em nossa opinião uma tese absolutamente equivocada. Submeter-se ao campo majoritário é também se submeter à política apresentada por sua força hegemônica.

Construir uma nova direção para o movimento estudantil é, por óbvio, muito mais do que derrotar uma direção majoritária. Mas achamos impossível construir uma "nova" hegemonia, a partir de uma composição com a "atual" força hegemônica. O máximo que se pode conseguir, através deste caminho, é participar da maioria, não mudar a sua direção.

É mais do que necessário esclarecer esta questão porque no discurso e na retórica, é fácil transfigurar ou omitir este fato, haja vista a quantidade de forças políticas que hoje estão vivendo no condomínio, e insistem na tese de que influenciam nos rumos da UNE. Sendo que nos momentos de embate a voz que se escuta é a de quem possui a procuração para falar em nome de todos.

Por esta razão, na construção de um campo que se proponha a ser uma alternativa de direção, um campo democrático e popular, a postura de oposição precisa ficar nítida. Do contrário, a margem para interpretações pode significar algum nível de condescendência com a política que hoje combatemos.

São estas algumas das linhas que podemos escrever neste novo capítulo da história da UNE. E, não podemos escrever mais do mesmo, pois para isso, já existe quem o faça. Se há uma prática, uma política e uma forma diferente de fazer as coisas, que julgamos serem as certas, não há porque não defendê-las. Não há porque fazer concessões. O que devemos é fazer luta por elas! ★

Jonatas Moreth é da direção nacional da AE e diretor de Políticas Educacionais da UNE